

Divisão Académica

Licenciatura
2017-2018

DIREITO CONSTITUCIONAL II
TURMA A

Prof. Doutor Paulo Otero
Sumário

**Estudo do Direito Constitucional Português: História constitucional e
Constituição de 1976 (Identidade, Organização Política e Fontes do
Ordenamento Jurídico)**

Programa

PARTE I
HISTORIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA

Capítulo I
História pré-constitucional

§1º - Principais momentos político-constitucionais

§2º - Ordenamento jurídico

§3º - Instituições jurídico-constitucionais

Capítulo II
História constitucional

§4º - Perspetiva geral

§5º - Constituições liberais

§6º - Constituição de 1933



Divisão Académica

§7º - Constituição de 1976

PARTE II CONSTITUIÇÃO DE 1976

Capítulo I Identidade Constitucional

Secção 1ª Identidade axiológica da Constituição

§1º - A identidade axiológica da Constituição: introdução

§2º - Estado de direitos humanos

§3º - Estado de Direito democrático

§4º - Estado de soberania internacionalizada e europeizada

§5º - Estado unitário descentralizado

Secção 2ª Identidade estrutural da Constituição

§6º - Constituição compromissória

§7º - Constituição aberta

§8º - Constituição transfigurada

Secção 3ª Identidade relacional da Constituição

§9º - A identidade relacional da Constituição: introdução

§10º - A influência da história constitucional na Constituição de 1976

§11º - As influências constitucionais externas na Constituição de 1976

Divisão Académica

**Capítulo II
Organização do Poder Político**

***Secção 1^a
Princípios Fundamentais***

***Subsecção A
Princípios materiais da regulação constitucional
da organização do Poder político***

§12º - Princípios de organização e funcionamento do poder político

§13º - Princípios respeitantes aos titulares do poder político

***Subsecção B
Princípios sobre as fontes reguladoras
da organização do Poder político***

§14º - Princípio da não exclusividade da configuração formal do poder político

§15º - Princípio da não exclusividade das fontes normativas formais na regulação do poder político

§16º - Princípio da não exclusividade das fontes jurídico-políticas reguladoras do poder político

***Secção 2^a
Estruturas constitucionais da República***

***Subsecção A
Órgãos de soberania***

§17º - Presidente da República

§18º - Assembleia da República

§19º - Governo

§20º - Tribunais



Divisão Académica

Subsecção B Sistema de governo

§21º - Princípios do sistema de governo

Subsecção C Outros órgãos constitucionais da República

§22º - Órgãos da República de âmbito nacional

§23º - Órgãos da República de âmbito local

Secção 3ª Estruturas políticas infraestaduais

§24º - Regiões autónomas

§25º - Poder local: as autarquias locais

Capítulo III Fontes do Ordenamento Jurídico

Secção 1ª Princípios fundamentais

§26º - Princípios fundamentais

- 26.1. Princípio da não exclusividade das fontes normativas formais
- 26.2. Princípio da pluralidade de fontes formais
- 26.3. Princípio da tipicidade da reserva de lei
- 26.4. Princípio da tipicidade dos atos legislativos
- 26.5. Princípio da revogabilidade das normas
- 26.6. Princípio da não comunicabilidade entre normas de diferente natureza
- 26.7. Princípio da pluralidade de relações internormativas
- 26.8. Princípio da vinculação da Administração e dos Tribunais
- 26.9. Princípio da supletividade do Direito do Estado
- 26.10. Princípio da prevalência do Direito do Estado

Secção 2ª Atos legislativos

§27º - Teoria geral dos atos legislativos

- 27.1. Sentido e forma de lei
- 27.2. Conteúdo e força de lei
- 27.3. Tipologia das relações interlegislativas



Divisão Académica

§28º - Lei e decreto-lei

- 28.1. Principais tipos de leis da Assembleia da República e a questão do seu valor reforçado
- 28.2. Processo legislativo parlamentar
- 28.3. Força jurídica dos decretos-lei e a temática do primado do parlamento

§29º - Decreto legislativo regional e lei da República

- 29.1. Poder legislativo regional
- 29.2. Relações entre lei regional e lei da República

Secção 3ª *Outros atos normativos*

§30º - Costume

§31º - Direito Internacional Público

§32º - Direito da União Europeia

§33º - Regulamentos

§34º - Atos com força afim da força de lei

Bibliografia Portuguesa (principal)

ALEXANDRINO, José de Melo

- *Lições de Direito Constitucional*, 2 vols., 2ª ed., AAFDL, Lisboa, 2015 e 2017;

AMARAL, Maria Lúcia

- *A Forma da República – Uma introdução ao estudo do Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.

CANOTILHO, Gomes

- *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2003.

CANOTILHO, Gomes; MOREIRA, Vital

- *Fundamentos da Constituição*, Coimbra Editora, 1991.

GOUVEIA, Jorge Bacelar

- *Manual de Direito Constitucional*, 2 vols., 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2016.

MIRANDA, Jorge

- *Manual de Direito Constitucional*, I, 2, 10ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2014; V, 4ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2010; VI, 4ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013.
- *Teoria do Estado e da Constituição*, Coimbra Editora, Coimbra, 2002.



Divisão Académica

MORAIS, Carlos Blanco de

- *Curso de Direito Constitucional*, I, 3ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2015.

OTERO, Paulo

- *A Democracia Totalitária*, Principia, Cascais, 2001.
- *Direito Constitucional Português*, 2 vols., Almedina, Coimbra, 2010.
- *Legalidade e Administração Pública*, 2ª Reimp., Almedina, Coimbra, 2011.

PINHEIRO, Alexandre Sousa / LOMBA, Pedro,

- *Princípios Gerais da Organização do Poder Político*, in OTERO, Paulo (Coord.), *Comentário à Constituição Portuguesa*, III vol., 1º tomo, Almedina Coimbra, 2008.